



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO JUNCO**

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO

Art. 1º - A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Junco é uma união de pessoas, sem fins econômicos, que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A associação terá sua sede e administração na Comunidade do Junco município de Taguatinga e foro jurídico na Comarca de Taguatinga, Estado do Tocantins.

Parágrafo Único - A Associação dos Produtores Rurais do Junco foi fundada em 21 de dezembro de 1996 e terá como nome fantasia: **AGRIJUNCO**.

Art. 3º - O prazo de duração da associação é por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 4º - A área de abrangência da associação compreende a comunidade Rural do Junco e nas áreas mitrofes até 30 km.

Art. 5º - A associação reger-se-á pelo presente Estatuto e as leis que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 6º - A Associação tem por finalidade:

I - Promover o desenvolvimento da comunidade por meio de realização de obras e ações, com recursos próprios, obtidos por doação ou empréstimos;

II - Representar a comunidade, junto a órgãos públicos, de economia mista e iniciativa privada;





**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**

- III - Proporcionar a melhoria do convívio na comunidade;
- IV - Proporcionar atividade econômicas, culturais e desportivas;
- V - Conscientizar a comunidade de suas potencialidades, levando-a a responder aos seus anseios;
- VI - Resgatar as festas folclóricas e atividades culturais de seus ancestrais

Art. 7º - Para consecução do seu objetivo, a associação poderá:

- I - Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenagem e outras;
- II - Viabilizar o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, e servir de assessora ou representante dos associados na comercialização de insumos e da produção;
- III - Manter serviços de assistência médica, dentária, recreativa, educacional e jurídica, constituindo-se, neste particular, em mandatária dos associados no que diz respeito à ecologia, ao meio ambiente e à defesa do consumidor, celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada;
- IV - Filiar-se à outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I

DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO

Art. 8º - Podem ingressar na associação as pessoas físicas maiores e capazes para os atos civis que residam na área de abrangência da associação, os produtores rurais, proprietários,



[Handwritten signatures]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO - AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**

parceiros e arrendatários que concordem com as disposições deste estatuto e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos seus objetivos.

Parágrafo único - A admissão poderá ficar condicionada à capacidade técnica de prestação de serviços, mediante registro formal.

Art. 9º - A demissão do associado dar-se-á a seu próprio pedido, mediante carta dirigida ao Presidente que não poderá negar-lhe a solicitação, porém o mesmo permanecerá responsável pelas obrigações financeiras assumidas até a data da demissão.

Art. 10 - A exclusão será aplicada pela Diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois do infrator ter sido notificado por escrito.

§ 1º O associado poderá recorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação, ciente de que este recurso sempre será analisado pela Assembleia Geral.

§ 2º O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral.

§ 3º A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 4º A exclusão do associado ocorrerá também por morte, por incapacidade civil não suprida ou ainda por deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou permanência na associação.

Art. 11 - Haverá as seguintes classes de Associados:

I - FUNDADORES - os membros que subscreveram a ata da associação;

II - EFETIVOS - aqueles admitidos de conformidade com o art. 8º e seu parágrafo único;

III - HONORÁRIOS - aqueles que, tendo prestado inestimáveis serviços a Associação, sejam reconhecidos em Assembleia Geral, dignos de honrarias.



Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Junco - Agrijunco
Taguatinga - TO
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Junco - Agrijunco
Taguatinga - TO
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Junco - Agrijunco
Taguatinga - TO



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**

§ 1º Os Associados honorários não estão obrigados a efetuar o pagamento das contribuições devidas a Associação e não gozam do direito de votar e ser votado;

§ 2º Os Associados honorários, caso queiram, poderão contribuir com recursos financeiros que será aplicado exclusivamente na área de cultura e/ou educação da Comunidade do Junco.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 12 - São direitos dos Associados quites com a tesouraria da Associação e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto:

I - Gozar de todas as vantagens e benefícios que a associação venha a conceder;

II - Votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a partir do momento em que completar 12 (doze) meses como associado;

III - Participar das reuniões da Assembleia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem;

IV - Consultar todos os livros e documentos da associação, sempre que necessário;

V - Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da associação, com o compromisso de sigilo junto a terceiros, e sugerir medidas para o seu próprio aperfeiçoamento e desenvolvimento, assim como para todos os demais associados;

VI - Convocar a Assembleia Geral e dela participar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto;

VII - demitir-se da associação quando lhe convier.



[Handwritten signatures]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



Parágrafo único - O associado que aceitar estabelecer relação empregatícia com a associação perderá o direito de votar e ser votado até que sejam aprovadas as contas do exercício em que deixar este emprego.

Art. 13 - São deveres do associado:

I - Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral;

II - Contribuir obrigatoriamente com recursos financeiros em espécie para a Associação, sendo baseadas em percentual incidente sobre o salário mínimo vigente no País;

III - Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e para o progresso da associação.

IV - Cumprir pontualmente os compromissos perante a Associação;

V - Manter em dia as suas contribuições;

VI - Solicitar por escrito, o seu desligamento da Associação, quando de seu interesse;

VII - participar direta ou indiretamente de todas as ações que objetivarem o engrandecimento da associação ou o desenvolvimento econômico e social da comunidade;

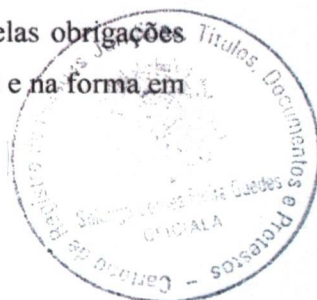
VIII - comparecer, quando convocado, às reuniões da Diretoria Executiva;

IX - A contribuição a que se refere o inciso III deste artigo, será mensal e não poderá ultrapassar a 10% do salário mínimo vigente no País.

Art. 14 - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela associação, salvo aquelas deliberadas em Assembleia Geral e na forma em que o forem.

Art. 15 - Serão excluídos do Quadro Social, os associados que:

→ Deixarem de cumprir as obrigações previstas neste Estatuto;



Antônio Rafael Alcides RPS Antônio



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



II - Danificarem o patrimônio da Associação.

Parágrafo único - Os associados excluídos do Quadro Social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que hajam feito à Associação, bem como indenização e/ou pagamento por parte de algum bem adquirido para o bom andamento das atividades da Associação.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

Art. 16 - O patrimônio da associação será constituído:

I - Pelos bens de sua propriedade;

II - Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou particular, nacional ou estrangeira, bem como de pessoas físicas;

III - Pelas contribuições dos próprios associados, podendo ser estabelecidas em bens ou espécies, definidas em Assembleia Geral;

IV - Pelo resultado positivo proveniente da prestação de serviço a seus associados.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA DA ASSOCIAÇÃO

Art. 17 - Dispõe sobre a Administração Superior da Associação, que é composta pelo:

I - Conselho Curador;

II - Assembleia Geral;

III - Diretoria Executiva;

IV - Conselho Fiscal;



[Handwritten signatures]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**

V - Conselho de Planejamento, Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Prestação Contas.

§ 1º. Os membros eleitos ou conduzidos a compor qualquer órgão da Administração Superior da Associação empossar-se-ão mediante termo de posse e compromisso, assinado em livro próprio, independentemente de qualquer caução para garantia de responsabilidade de sua gestão.

§ 2º. O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerados.

§ 3º. É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembleia Geral.

**SEÇÃO I
DO CONSELHO CURADOR**

Art. 18 - O Conselho Curador é formado por 3 (três) membros e seus suplentes, entre eles o representante do produtor rural, representante da educação e representante da cultura e festas folclóricas.

Parágrafo único - Conselho Curador é o órgão colegiado que atua, em caráter permanente e deliberativo, na formulação de estratégias e no controle da execução da política planejamento, educação, esporte, cultura e saúde na instância correspondente, inclusive no que tange aos aspectos econômicos e financeiros.

**SEÇÃO II
DA ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 19 - A Assembleia Geral dos associados, ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da associação e dentro dos limites legais, e deste estatuto, poderá tomar toda e



[Handwritten signatures of the board members and assembly members]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**

qualquer decisão de interesse da entidade e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 20 - A Assembleia será convocada e dirigida pelo Presidente da associação.

Parágrafo único - Se ocorrerem motivos graves ou urgentes, e na falta ou ausência do Presidente, poderá também ser convocada pelos demais Membros da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, Conselho de Planejamento e Captação de Recursos e Prestação Contas, Conselho Fiscal ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos estatutários, respectivamente, após solicitação não atendida.

Art. 21 - Qualquer pessoa poderá participar da Assembleia Geral, mais, poderá opinar ou votar, somente os associados em pleno exercício de seus direitos.

Art. 22 - Cada associado terá direito a um só voto, sendo vedada a representação, e a votação será pelo voto secreto, salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral.

Art. 23 - A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de 8 (oito) dias, afixando-se os editais de convocação em locais visíveis das dependências mais frequentadas pelos associados e transmitidos aos mesmos através de circulares.

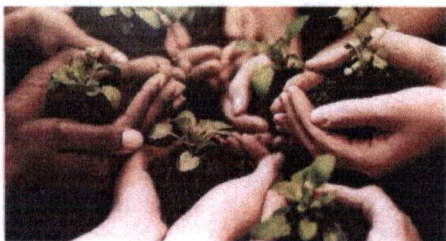
§ 1º Para efeito de verificação de quórum, o número de associados presentes em cada convocação se fará por suas assinaturas, seguidas dos respectivos números de matrícula apostas no livro de presença.

§ 2º Não havendo quórum para instalação da Assembleia, nova convocação será feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias e, se ainda assim não houver quórum para sua instalação será admitida a intenção de dissolver a associação.

Art. 24 - Dos editais de convocação das Assembleias Gerais deverão constar,



(Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including 'Antes', 'Procto', and several illegible signatures.)



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



I - A denominação da associação, seguida da expressão “Convocação da Assembleia Geral” Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;

II - O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede da associação;

III - A sequência ordinal das convocações;

IV - A ordem do dia dos trabalhos com as devidas especificações;

V - O número de associados existentes na data da sua expedição para efeito de cálculo do quórum de instalação;

VI - A assinatura do responsável pela convocação.

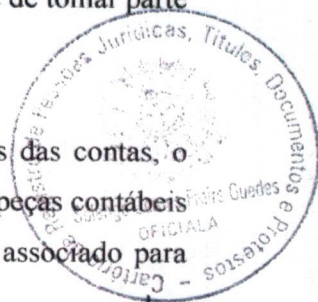
Parágrafo único - No caso de a convocação ser feita por associados, o edital será assinado, no mínimo, pelos 4 (quatro) primeiros signatários do documento que a solicitou.

Art. 25 - A Mesa da Assembleia será constituída pelos membros da Diretoria ou, em suas faltas ou impedimentos, pelos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Quando a Assembleia não tiver sido convocada pelo Presidente, a Mesa será constituída por 4 (quatro) associados, escolhidos na ocasião.

Art. 26 - Os ocupantes de cargos eletivos, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 27 - Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos os balanços das contas, o Presidente da associação, logo após a leitura do relatório da Diretoria, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao Plenário que indique um associado para coordenar os debates e a votação da matéria.





**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**

§ 1º Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente, demais Diretores e Conselheiros Fiscais deixarão a Mesa, permanecendo, contudo, no recinto à disposição da Assembleia para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º O Presidente da Assembleia indicado escolherá, entre os associados presentes, um Secretário “ad-hoc” para auxiliar o Secretário da Assembleia na redação das decisões a serem incluídas na ata.

Art. 28 - As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação.

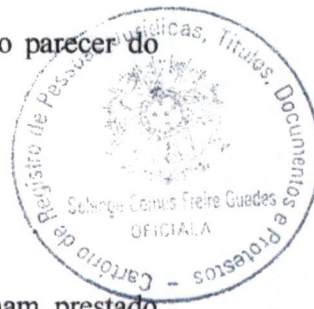
§ 1º O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal presentes, por uma comissão de 5 (cinco) associados designados pela Assembleia e ainda por quem mais quiser assiná-la.

§ 2º Prescreve em 3 (três) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da Lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembleia tiver sido realizada.

DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 29 - Compete à Assembleia Geral Ordinária, em especial:

- a) apreciar e votar o relatório da gestão, balanço e contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal;
- b) eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c) estabelecer o valor da contribuição anual dos associados;
- d) conceder títulos honoríficos para pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado serviços relevantes à associação.





**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**

§ 1º O quórum de instalação da Assembleia Geral Ordinária será de 2/3 (dois terços) do número de associados em primeira convocação, e de (estabelecer um número mínimo de associados para o quórum) em segunda convocação, uma hora após a primeira.

§ 2º As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos associados presentes com o direito de votar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto.

DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 30 - Compete à Assembleia Geral Extraordinária, em especial:

I - Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;

II - Decidir sobre a mudança do objetivo e sobre a reforma do estatuto;

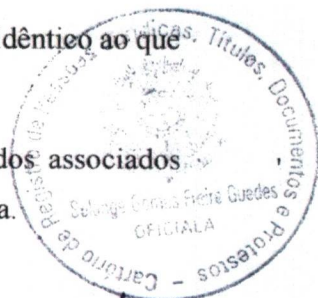
III - outros assuntos de interesse da associação.

Art. 31 - É competência da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre a destituição dos Diretores e dos Membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração e fiscalização da associação, a Assembleia Geral Extraordinária designará administradores e conselheiros fiscais até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 32 - O quórum de instalação da Assembleia Geral Extraordinária será idêntico ao que consta no artigo 23, parágrafo 1º, deste estatuto.

Parágrafo único - Será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados presentes para as deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária.



Peanto *Adriano* *Sukup* *RPS* *mlh*



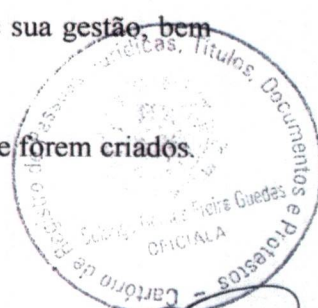
**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



**SEÇÃO III
DA DIRETORIA EXECUTIVA**

Art. 33 - Compete à Diretoria, em especial:

- I - Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação;
- II - Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos;
- III - Propor à Assembleia Geral o valor da contribuição anual dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- IV - Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- V - Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis com expressa autorização da Assembleia Geral;
- VI - Deliberar sobre a admissão, demissão ou exclusão de associados;
- VII - Indicar o Banco ou os Bancos nos quais deverão ser feitos depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;
- VIII - Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas pela Assembleia Geral;
- IX - Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- X - Apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- XI - Nomear, dentre os associados, responsáveis pelos departamentos que forem criados.



[Handwritten signatures and names: Santos, Jucy, Rps, and another signature]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



Art. 34 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente, por qualquer outro de seus membros ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal.

§ 1º A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação mínima de 3 (três) de seus membros, sendo que as decisões serão tomadas pela maioria de votos dos Diretores presentes.

§ 2º Será lavrada ata de cada reunião em livro próprio que será assinada por todos os presentes e com a indicação das resoluções deliberadas.

§ 3º Perderá o cargo o Diretor que sem justificativa faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, bem como aqueles que deixarem de ser associados ou que venham a se tornar inelegíveis.

Art. 35 - Ao Presidente cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Supervisionar as atividades da associação, através de contatos assíduos com os demais membros da Diretoria e com o Gerente, se houver;

II - Autorizar os pagamentos e verificar frequentemente o saldo de caixa;

III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

IV - Apresentar relatório da gestão e balanço anuais à Assembleia Geral, bem como o parecer do Conselho Fiscal;

V - Representar a associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele.

Art. 36 - Ao Vice-Presidente cabe interessar-se e acompanhar permanentemente o trabalho do Presidente, substituindo-o nas suas ausências ou impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 37 - Ao Secretário cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

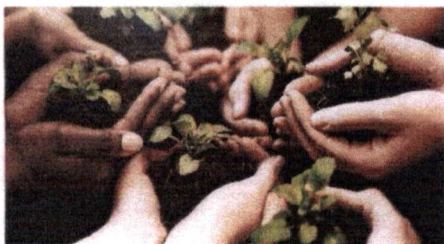


Antônio Rodrigues

Julio

RPS

NRLO



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



I - Lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral, tendo sob sua responsabilidade os respectivos livros;

II - Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outros documentos análogos;

III - Substituir o Vice-Presidente nas suas ausências ou impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 38 - Ao tesoureiro cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível, no Banco ou Bancos designados pela Diretoria;

II - Proceder exclusivamente através de cheques bancários aos pagamentos autorizados pelo Presidente;

III - Proceder ou mandar proceder à escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;

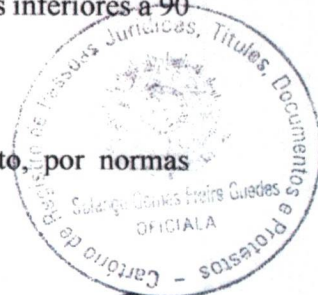
IV - Zelar para que a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dia;

V - Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias, entre outras de responsabilidade da associação;

VI - Verificar e visar os documentos de receita e despesa;

VII - Substituir o Secretário nas suas ausências ou impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 39 - O regimento interno será constituído com base neste estatuto, por normas estabelecidas pela Diretoria e aprovado em Assembleia Geral.



[Signatures]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO - AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**

Art. 40 - Para movimentação bancária, celebração de contratos de qualquer natureza, cedência de direitos e constituição de mandatários, será sempre necessária a assinatura de 2 (dois) Diretores.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

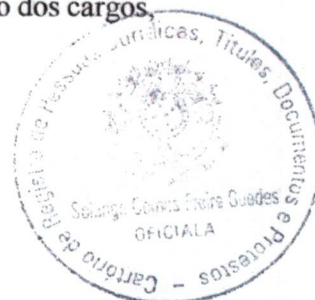
Art. 41 - A administração da associação será fiscalizada assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal constituído de 3 (três) membros efetivos e no mínimo 2 (dois) suplentes, todos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição por apenas mais um mandato.

§ 1º O Conselho considerar-se-á reunido com a participação mínima de 3 (três) de seus membros, sendo que as decisões serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes.

§ 2º Será lavrada ata de cada reunião em livro próprio que será assinada por todos os presentes e com a indicação das resoluções deliberadas.

§ 3º Perderá o cargo o Conselheiro Fiscal que sem justificativa faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, bem como aqueles que deixarem de ser associados ou que venham a se tornar inelegíveis.

Art. 42 - Ocorrendo 3 (três) ou mais vagas no Conselho Fiscal, a Diretoria ou o restante dos seus membros convocará a Assembleia Geral para o devido preenchimento dos cargos, na forma dos artigos 20 e 23 deste estatuto.



[Handwritten signatures: Pante, Phobus, Luty, RPS, and another signature]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**

CAPÍTULO VI

**CONSELHO DE PLANEJAMENTO, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, GESTÃO DE
CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO CONTAS**

Art. 43 - A Diretoria de Planejamento e Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Prestação de Contas tem como competência realizar a avaliação de projetos para propiciar a captação de recursos, em parceria com os órgãos e entidades da Administração Pública, estabelecer diretrizes, apoiar e coordenar a execução dos convênios, acordos e ajustes que envolvam a entrada de recursos na Associação, com atribuições de:

I - Monitorar a regularidade fiscal da Associação junto aos entes federados com o apoio da Diretoria Executiva e Setor de Contabilidade;

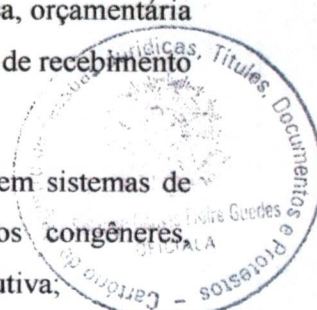
II - Apoiar tecnicamente a Diretoria Executiva estabelecendo padrões de qualidade na iniciação de projetos para a formação de Banco de Projetos e para a captação de recursos por meio da metodologia de pré-qualificação;

III - Acompanhar a elaboração do Planejamento e Orçamento da Associação e sua execução, no que diz respeito ao recebimento dos recursos financeiros captados por meio de projeto, nestas contidas as emendas parlamentares e os fundos públicos, analisando e gerando informações estratégicas para subsidiar a tomada de decisão;

IV - Identificar oportunidades de captação de recursos e auxiliar a Diretoria Executiva na negociação e atração dos recursos financeiros, sejam eles públicos ou privados;

V - Apoiar e monitorar a Diretoria Executiva na celebração, execução física, orçamentária e financeira e prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres de recebimento de recursos;

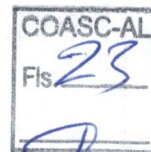
VI - Definir diretrizes e regras para a gestão dos dados da Associação em sistemas de informação corporativos sobre convênios de entrada e instrumentos congêneres, controlando a qualidade destas informações e orientando a Diretoria Executiva;



[Handwritten signatures: Fátima Guedes, RPS, and another signature]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



VII - Mapear os convênios de entrada elaborados e propostos pelos órgãos e entidades da Administração Pública, identificando as oportunidades de integração ou unificação de ações e sugerindo medidas que favoreçam a racionalização dos recursos envolvidos e a otimização das atividades;

VIII - Capacitar os Associados em temas afetos à iniciação e qualificação de projetos, captação de recursos e procedimentos, regras e orientações relativas à celebração, execução e prestação de contas de convênios de entrada e instrumentos congêneres.

§ 1º. Será permitido um membro da comunidade externa, na coordenação do Conselho de Planejamento, Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Prestação Contas.

§ 2º. O Coordenador (a), caso seja da comunidade externa, terá que ter aprovação da Assembleia Geral e com a avaliação final dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Fiscal e Setor de Contabilidade.

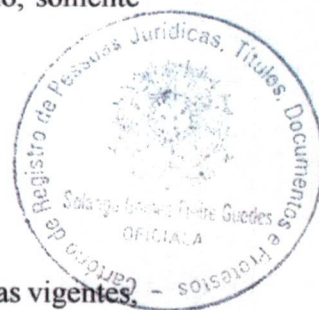
I - A avaliação de que trata o § 2º ocorrerá por meio do currículo lates, tendo como objetivo avaliar a real contribuição do membro externo a comunidade;

II - Poderá se candidatar ao cargo de Coordenador do Conselho de Planejamento, Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Prestação Contas como membro externo, somente cidadão que já tenha serviços prestados a Comunidade do Junco.

**CAPÍTULO VI
DA CONTABILIDADE**

Art. 44 - A contabilidade da associação obedecerá às disposições legais e normas vigentes, devendo ser mantida em perfeita ordem, bem como todos os demais registros obrigatórios.

Parágrafo único. As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços, e o balanço geral será levantado a 31 de dezembro de cada ano.



[Handwritten signatures]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



**CAPÍTULO VI
DOS LIVROS**

Art. 45 - A associação deverá ter:

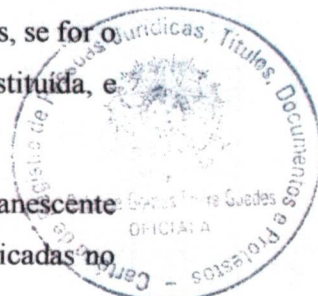
- I - Livro de matrícula de associados;
- II - Livro de atas de reunião da Diretoria;
- III - Livro de atas de reunião do Conselho Fiscal;
- IV - Livro de atas da Assembleia Geral;
- V - Livro de presença dos associados em Assembleia;
- VI - Outros livros fiscais e contábeis exigidos pela legislação em vigor e/ou regimento interno.

**CAPÍTULO VII
DA DISSOLUÇÃO**

Art. 46 - A associação será dissolvida por vontade manifestada em Assembleia Geral Extraordinária expressamente convocada para esse efeito, observado o disposto no inciso I do artigo 30 e parágrafo único do artigo 32 deste estatuto.

Art. 47 - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio líquido depois de deduzida as quotas e frações ideais, se for o caso, será doada a instituição congênere sediada no município, legalmente constituída, e em atividade para ser aplicada nas mesmas finalidades da associação dissolvida.

§ 1º Não havendo instituição congênere no município sede da associação, o remanescente será destinado a outra (s) instituição (ões) fora do município nas condições indicadas no “caput” deste artigo.



[Handwritten signatures and marks]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



§ 2º Se ainda assim não houver nenhuma instituição à qual a associação possa destinar o remanescente do patrimônio, este será encaminhado à Fazenda do Estado.

§ 3º Se o associado tiver contribuído com bens ou em espécie, cujo montante faça parte de fração ideal do patrimônio da associação, ele terá direito de receber em restituição com a devida atualização o valor das quotas deduzidas do patrimônio líquido, antes da destinação do remanescente referida neste artigo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

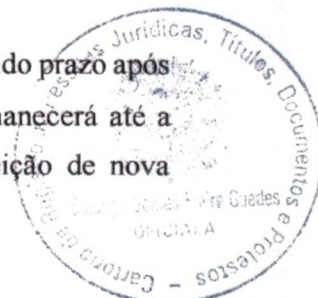
Art. 48 - É vedada a remuneração dos cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 49 - A associação poderá distribuir dividendos de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado.

Parágrafo único - A Associação aplicará 30% do "superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros no sustento de suas obras e atividades, bem como no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Art. 50 - Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal perdurarão até a realização da Assembleia Geral Ordinária correspondente ao seu término.

Parágrafo único - Se a Assembleia Geral Ordinária não for realizada no devido prazo após o exercício, a responsabilidade dos Diretores e Conselheiros Fiscais permanecerá até a realização da primeira Assembleia Geral para prestação de contas e eleição de nova Diretoria e Conselho Fiscal, quando for o caso.



[Handwritten signatures: Santo, [illegible], RPS, [illegible]]



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



Art. 51 - Não será permitida a interferência e/ou a participação do Poder Executivo e Poder Legislativo na Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 52 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, ouvidas as entidades ou órgãos competentes, ou de acordo com a legislação em vigor quando a capacidade de seus órgãos for insuficiente para tanto.

Art. 53 - Fica revogado o Estatuto registrado em 19/10/1999, passando a vigorar este Estatuto a partir da sua votação pela Assembleia Geral, em 10/12/2022.

Comunidade Junco, TO 10 de dezembro de 2022

Santos

Josinaide Pires dos Santos

Josinaide Pires dos Santos
Presidente

Rodrigues

Vânia Azevedo Rodrigues

Vânia Azevedo Rodrigues
Vice-Presidente

Rodrigues

Ianês Martins Rodrigues

Ianês Martins Rodrigues
1º Secretário (a)

Silva

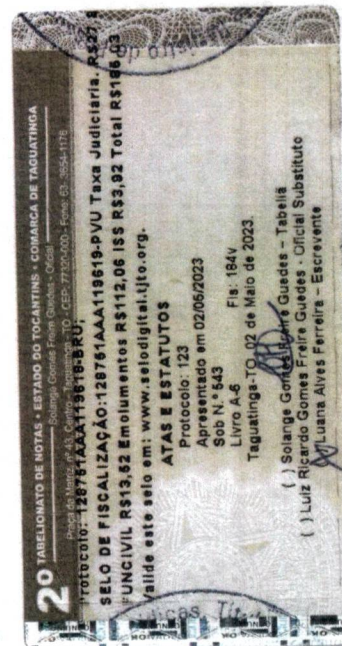
Rosimária Pereira da Silva

Rosimária Pereira da Silva
2º Secretário (a)

Lima

Maria de Lourdes C. Lima

Maria de Lourdes C. Lima
Tesoureiro (a)





**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO - AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



ESTRUTURA DA ASSOCIAÇÃO

- I. Conselho Curador:** { Teresa Pereira Ramos
Herminia Pereira dos Reis
Daria Pires dos Santos
- II. Assembleia Geral:** Todos os Associados
- III. Diretoria Executiva** { **Presidente:** Josinaide Pires dos Santos
Vice-Presidente: Vânia Azevedo Rodrigues
1º Secretário (a): Ianês Martins Rodrigues
2º Secretário (a): Rosimaria Pereira da Silva
Tesoureiro (a): Maria de Lurdes C. Lima
- IV. Conselho Fiscal** { Maria Doracy F. Xavier
José de Deus F. Xavier
João Batista da Silva
- V. Suplentes** { Emiliana Rocha dos Santos
Adoaldo Lopes de Santana
Jocy Ferreira Xavier
- VI. Conselho de Planejamento, Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Prestação de contas.**



Eva Luiza da Silva Oliveira
Eva Luiza da Silva Oliveira
Diretora

Erivelton P. dos Santos
Erivelton Pires dos Santos
Membro

Joaquim Pereira Silva
Joaquim Pereira da Silva
Membro



**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS DO
JUNCO – AGRIJUNCO
Taguatinga - TO**



Associação dos pequenos produtores rurais do Junco, está localizada a 32 km da cidade de Taguatinga –TO, fazendo limite com o Município de Ponte Alta do Bom Jesus, tendo como ponto de referência, estrada que vai para Taipas - TO, a 8 Km da Mimosa dos Marinhos Município Ponte Alta do Bom Jesus.

Fazendas abrangentes da associação dos produtores rurais do Junco, que são associados da mesma.



Contatos: (63) 99209 - 7754 (Josinaide Pires) ou (63) 99272 - 0318 (Eva Luiza)